

## **Carta aberta do II Encontro Nacional de Psicólogas/os dos Institutos Federais: tessitura entre as fronteiras e os devires da educação**

Porto Alegre, 11 de novembro de 2016.

Nós, psicólogas/os reunidas/os no segundo encontro nacional de psicólogas/os da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, realizado nos dias 9, 10 e 11 de novembro de 2016, no IFRS – *Campus* Porto Alegre, debatemos as práticas profissionais, consideramos a situação política e econômica de nosso país e nos posicionamos:

- pela defesa da atuação do psicólogo no cenário educacional, entendendo que este profissional tem contribuição relevante para esse campo;
- pela liberdade de atuação desses profissionais, com respeito aos parâmetros éticos, técnicos, políticos e trabalhistas constituídos no campo profissional e via sindicatos;
- por condições dignas de trabalho que garantam a não precarização das atividades profissionais, respeitando as especificidades das distintas áreas de atuação profissional;
- pela não atuação simultânea do profissional em mais de um campus/unidade e setor de trabalho;
- pela garantia, em cada campus/unidade, da oferta de equipes multiprofissionais, para atuação integrada, completas e exclusivas para cada política (ensino, assistência estudantil, saúde do servidor, gestão de pessoas), considerando que a realidade não pode ser compreendida a partir de um campo profissional isoladamente;
- pela necessidade de sustentar e institucionalizar encontros sistemáticos em nível local, estadual, regional e nacional entre as/os psicólogas/os para promoção de debates dos limites e possibilidades da atuação profissional;
- pela garantia de representação de profissionais da psicologia nos diferentes fóruns voltados para as Políticas em que a categoria atua;
- pela garantia do direito à capacitação e à qualificação profissional;
- pela ampliação de espaços de gestão participativa e democrática na Rede Federal;
- pelo fortalecimento da rede de políticas públicas e do diálogo com outros profissionais;
- pela defesa da educação pública, laica, democrática, gratuita e de qualidade;
- contra a PEC 55/2016, que avança sobre as garantias constitucionais de um Estado de direito;
- contra a reforma do ensino médio (MP 746/16), proposta unilateralmente pelo governo federal, que abre um processo de precarização do ensino e afeta diretamente o ensino médio integrado e as licenciaturas ofertadas pela Rede Federal;
- contra o Movimento Escola Sem Partido, entendendo que é papel da psicologia, junto aos demais profissionais da educação, atuar na formação da escola como espaço crítico de debate e construção coletiva;
- pelo respeito e apoio ao movimento dos estudantes que ocupam as escolas dispostos a lutar pela educação laica, pública, democrática, gratuita e de qualidade;
- contra as iniciativas dos gestores das instituições em desocupar os campus, cortar bolsas dos estudantes das ocupações e cortar ponto dos servidores envolvidos em movimentos grevistas em defesa da educação.